



FILIADA A FENASPE

ASTAPE/RJ

98029-0050

Associação dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Anistiados da Petrobras e Subsidiárias no Estado do RJ - ASTAPE-RJ - Exemplar Gratuito

JULHO - 2026



"FECHAMENTO AUTORIZADO
PODE SER ABERTO PELA ECT"

Fala Presidente

Adelino Ribeiro Chaves



O reconhecimento das anistias coletivas pela Comissão de Anistia é um caminho para nossa luta!

No último dia 2 de julho, a luta por anistia política aos atingidos pela violência do Estado brasileiro sob a ditadura empresarial-militar iniciada em 1964 obteve uma importante vitória. Durante a 7ª Sessão Plenária Especial da Comissão de Anistia, realizada em Brasília, foram assinadas as portarias que reconhecem a anistia coletiva a cinco coletividades que foram atingidas por perseguições e pela violência de Estado, nos termos da Lei 10.559/2002 e da regulamentação das anistias coletivas realizada em 2023.

As cinco coletividades que obtiveram esse reconhecimento oficial pelo Estado brasileiro das perseguições e violações de direitos sofridas foram: a Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro - FAFERJ; a Comunidade Tradicional dos Camponeiros da Pedra Lisa e Adjacên-

cias; a Comunidade Indígena Kaiowá da Terra Indígena Sucuri'y; o Povo Indígena ãwa/Avá-Canoeiro do Araguaia; e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo e Mogi das Cruzes.

Destacamos no Jornal da ASTAPE/RJ uma relevante matéria, produzida pela Agência Brasil, com as particularidades do pedido e da situação do Sindicato dos Metalúrgicos nesse caso não por uma maior importância política, visto que o reconhecimento das violações cometidas pela ditadura nas favelas, no campo e em terras indígenas são essenciais à memória do nosso povo, mas pelo caráter da violência sofrida pelos metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes e as que foram submetidos os petroleiros de Duque de Caxias ligados ao movimento sindical.

Em nossas últimas assembleias na ASTAPE/RJ vimos destacando, junto ao apoio jurídico dos advogados que representam nossos associados, que em meio ao cenário nacional de restrição orçamentária, imposta pelo Governo Federal e Congresso Nacional, o reconhecimento da condição de anistiado político aos anistiandos, que carrega as necessidades de reparação econômica, vinha sendo dificultado na Comissão de Anistia.

Entretanto, mesmo sob esse difícil cenário, os movimentos e interlocutores conseguiram arrancar uma vitória que abre margem jurídica para avançarmos a partir das concessões de anistia política coletiva, que formalizam o reconhecimento de violações aliado à reparações simbólicas. Sabemos que isso não basta, vistas as vidas que foram destruídas ou perdidas pela perseguição, violências, desemprego e dificuldades materiais impostas aos que lutavam pelos direitos dos trabalhadores e do povo brasileiro como um todo. Se as reparações econômicas não reparam efetivamente todas essas marcas da brutalidade estatal, temos plena noção da importância que as mesmas tiveram

aos anistiados pelas leis 6.683/1979 e 10.559/2002 ao destacar a dignidade da recuperação de seus postos de trabalho e de condições materiais de vida que foram roubadas em função da perseguição do Estado brasileiro. Essas condições materiais ganham particular importância quando esses trabalhadores se aposentam e ao custo de vida, que vem subindo, somam-se os gastos com cuidados relativos à saúde.

A perspectiva de vitória na luta jurídica pelo reconhecimento de anistias políticas das coletividades que abarcam os trabalhadores atingidos pela violência do Estado na intervenção sobre a REDUC poderá novamente abrir caminhos para que os anistiandos de nossa associação possam ter seus direitos garantidos. Como na vitória obtida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, que abre essa mesma margem, entidades como a ASTAPE/RJ, que representam pessoas que passaram pelos mesmos tipos de violência do Estado, podem ser beneficiadas e assim iniciar uma reabertura do caminho ao reconhecimento das anistias políticas individuais a seus associados. Sigamos organizados para avançar na luta!

PAPO RETO

PRA FICAR DE OLHO!

PETROS, PEDs e PETROBRAS

A decisão sobre como a Petrobras lidará com as dívidas e reequacionamentos de déficits da Petros passa principalmente pelo Conselho de Administração, que tem o poder de ditar as estratégias e aprovar acordos financeiros.

A estrutura de decisão e o papel de cada esfera funcionam da seguinte forma:

Conselho de Administração: É o órgão máximo de governança e orientação da companhia.

É ele quem avalia o impacto financeiro, aprova as diretrizes, autoriza negociações e dá a palavra final sobre o aporte de recursos ou assunção de compromissos bilionários.

União (Governo Federal): Atua como acionista controlador da Petrobras.

Como detém a maioria das ações com direito a voto (cerca de 50,26%), o governo indica a maioria dos conselheiros e orienta politicamente a postura da empresa nas mesas de negociação.

Diretoria Executiva: É o braço administrativo da estatal e fica encarregada de estruturar tecnicamente os planos de pagamento, levantar os valores e executar as políticas aprovadas pelos conselheiros.

Conselho de Acionistas (Assembleia): Aprova as contas gerais, o orçamento anual da empresa e elege os membros do Conselho de Administração, mas não vota pontualmente as operações do dia a dia com a Petros.

Fonte: Informações retiradas da aba de Governança do site investidorpetrobras.com.br

Crise na AMS | Petroleiros denunciam precarização no atendimento e falhas no Programa Cuidar

Trabalhadores relatam escassez de médicos, negativas arbitrárias para medicamentos contínuos e de alto custo, e pedem o retorno da administração do plano de saúde para a Petrobras; outro lado: empresa alega ampliação de agenda e período de transição para “canetas emagrecedoras”, mas prática desmente justificativa oficial

O acesso à saúde suplementar tornou-se um ponto crítico para os trabalhadores da Petrobras. Neste primeiro semestre de 2026, dirigentes dos sindicatos filiados à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) têm recebido constantes relatos de Norte a Sul do Brasil que escancararam um cenário de insatisfação generalizada com a Saúde Petrobras (AMS).

O estrangulamento no atendimento, a burocracia na liberação de medicamentos e a falta de profissionais credenciados, que impedem ou em muito atrasam o efetivo atendimento dos trabalhadores, encabeçam a lista de problemas que afetam diretamente o bem-estar de milhares de famílias petroleiras, levantando inclusive o debate sobre a necessidade de o plano de saúde voltar para a administração direta da companhia.

O que diz a Petrobras versus a realidade nas bases

Em resposta à escalada de reclamações, a Petrobras emitiu um ofício em 15 de maio de 2026, abordando as ações para garantir a continuidade do tratamento com medicamentos da classe GLP-1 via Benefício Farmácia.

A empresa reconheceu a mudança na regra de cobertura, que torna necessário o acompanhamento de um médico do Programa Cuidar para a emissão da re-

ceita.

Apesar do documento afirmar que o benefício farmácia aceitaria receitas de qualquer médico durante o período de transição, os trabalhadores das bases relatam que na prática isso não está acontecendo. Os pacientes de Norte a Sul do Brasil continuam tendo pedidos negados.

Burocracia, falta de transparência e laudos

A gestão das aprovações tem sido descrita como uma “loteira” pelos beneficiários. Há relatos de pedidos de tirzepatida que são aceitos, enquanto outros são rejeitados de forma aleatória, mesmo quando prescritos sob as mesmas condições e pelos mesmos médicos.

A categoria exige coerência e transparência da operadora do plano de saúde, além de explicações claras que justifiquem as recusas, para que o trabalhador-paciente possa buscar a assistência adequada junto ao seu médico.

Outro entrave diz respeito à exigência constante de novos laudos médicos para acessar medicamentos contínuos. Muitas dessas doenças requerem tratamentos a longo prazo ou vitalícios, tornando injustificável e exaustiva a exigência de retorno constante ao médico, especialmente considerando a enorme dificuldade de conseguir agendamentos.

Enquanto a Saúde Petrobras não investir no credenciamento maciço de profissionais, não garantir transparência financeira e não simplificar os fluxos de aprovação, ofícios e promessas servirão apenas como paliativos para um sistema que rumo ao colapso.

Fonte: texto na íntegra no site da FNP

CAMPANHA DE NOVOS SÓCIOS

VENHA FAZER PARTE DA FAMÍLIA ASTAPE/RJ

AGUARDAMOS A SUA VISITA NA NOSSA SEDE SOCIAL

ASSOCIE-SE A SEDE CAMPESTRE

Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo recebe anistia política

O Estado brasileiro pediu desculpas oficiais ao movimento sindical pelas perseguições e violências que os sindicalistas sofreram durante a ditadura militar (1964-1985).

O reconhecimento das graves violações a direitos individuais e trabalhistas que agentes do Estado cometeram durante o período de exceção ocorreu nesta quinta-feira (2), durante sessão plenária da Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, **que declarou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes como anistiado político coletivo.**

“Em nome do Estado brasileiro, a Comissão pede desculpas a todos os sindicalistas, a todo o movimento sindical brasileiro, por todas as atrocidades que lhes causou o estado ditatorial. Ao mesmo tempo, agradecemos por toda resistência deste grande sindicato, que até hoje continua na luta”, declarou a presidente da comissão, a procuradora federal aposentada Ana Maria Lima de Oliveira.

Em seu voto, o relator do processo, o advogado trabalhista Prudente José Silveira Mello destacou que militares e apoiadores do golpe cívico-militar de 1964 começaram a perseguir os sindicatos antes mesmo da deposição do presidente eleito João Goulart, em 1º de abril de 1964.

Segundo Mello, várias

empresas também apoiaram o golpe, “promovendo crimes contra os trabalhadores e a humanidade, ações que também não podem ficar impunes”.

“Toda sorte de violência institucional aconteceu decorrente da ditadura civil-militar. Dirigentes e militantes [do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes] foram assassinados”, destacou o relator, recorrendo a um vídeo institucional em que a entidade lembra algumas de suas “perdas irreparáveis: os assassinatos dos “companheiros” Olavo Hanssen (1970); Luiz Hirata (1971); Manoel Fiel Filho (1976); Nelson Pereira de Jesus (1978); Santo Dias (1979), entre outros.

“[Olavo] Hanssen, por exemplo, foi morto aos 33 anos nos porões do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops-SP) em maio de 1970. Ou seja, **a perseguição se estendeu, teve continuidade.** E claro que todas as mortes aludindo fatos mentirosos [para tentar esconder a real causa do óbito]”, comentou Mello.

Ele sugere que, quando ficar provada a participação e a responsabilidade de empresas na estrutura repressiva da ditadura, essas devem ser obrigadas a arcar com parte dos custos da reparação econômica devida a vítimas individuais da ação estatal.

“Considerando que não se mostra juridicamente aceitável

que o ônus financeiros dessas indenizações permaneçam exclusivamente suportado pela sociedade brasileira, quando existirem elementos suficientes a demonstrar que pessoas jurídicas e de direito privado participaram, concorreram ou se beneficiaram diretamente da estrutura repressiva instalada durante a ditadura, recomenda-se que o Estado brasileiro adote medidas institucionais destinadas ao exercício do direito regressivo em face das empresas nacionais e multinacionais que tenham colaborado direta ou indiretamente com a repressão política e com a prática de violações de direitos humanos contra trabalhadores, buscando ressarcimento integral ou parcial dos valores desembolsados pela União”, propôs o relator.

Cruel

O representante do sindicato dos metalúrgicos Geraldo dos Santos Silva contou que, desde que chegou em São Paulo, em 1974, e começou a trabalhar em uma metalúrgica, **testemunhou abusos contra trabalhadores, em particular contra os sindicalistas.**

“Ali eu comecei a conhecer as profundezas da ditadura. Era quase impossível mais de três trabalhadores andarem juntos pelo centro de São Paulo [sem serem abordados pela polícia]. E se você fosse abordado e não estivesse com a carteira profissional ou estivesse desempregado,

era considerado vagabundo e levado para a cadeia”, lembrou Silva.

De acordo com o sindicalista, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes tornou-se alvo do regime por ser uma das maiores e mais importantes entidades sindicais, aglutinadora do movimento trabalhista e de resistência democrática.

“A gente chegava na porta das fábricas para distribuir o jornal do sindicato ou para conversar com os trabalhadores, logo chegava o Deops, os seus agentes à paisana. **E a gente não sabia quem era trabalhador, quem era agente, mas assim que deixávamos o local, era feito um relatório sobre nós, sobre nossas atividades**”, lembrou Silva.

“Eles [companheiros presos e torturados pela atuação sindical e política] contavam para a gente o que era a tortura. Cruel é pouco. A maioria desses companheiros já faleceu, com sequelas físicas, mas, principalmente, psicológicas”, disse o sindicalista ao elogiar o relatório e a decisão da Comissão de Anistia.

“**Esta reparação histórica, este reconhecimento a uma instituição que batalhou e sofreu muito, é mais do que justo. É uma honra para nosso sindicato**”, afirmou.

*Fonte: Alex Rodrigues/
Agência Brasil*

Aniversariantes mês de JULHO / 2026

Alexandre Tavares Dos Santos	28/07/2026
Alexsandro Marinho De Oliveira	27/07/2026
Alzira Bernardes Oliveira	20/07/2026
Arinda Fernandes Machado	28/07/2026
Guaraciara Maia Leandro	27/07/2026
Gunther Sacic	30/07/2026
Jorge Luiz Dos Santos	19/07/2026
Jorgina Valentim De Souza	25/07/2026
José Firmino Da Silva Filho	13/07/2026
Laura Vieira Gomes	24/07/2026
Maria Aparecida De Oliveira	21/07/2026
Maria Faustina Da Silva Neto	10/07/2026
Maria Madalena Oliveira Vieira	07/07/2026
Maria Marta Lisboa Coimbra	29/07/2026
Maria Tereza Do Nascimento Da Silva	04/07/2026
Marlene Da Silva Ribeiro	03/07/2026
Marly Vianna Amaral	10/07/2026
Moacir Ferreira De Lima	19/07/2026
Olga Severini Respino Filha	18/07/2026
Olinda Paz Caxero	18/07/2026
Regina Lucia Do Carmo De Sá	18/07/2026
Sandra Soledade Silva	20/07/2026
Severino Macena	15/07/2026
Sonia Alves Da Rocha	29/07/2026
Tania Mara De Oliveira Soares	08/07/2026

COMUNICADO PARA OS ASSOCIADOS

CARTA CONVITE

VAMOS COMEMORAR OS 43 ANOS DA ASTAPE/RJ

A Diretoria da ASTAPE/RJ – Associação dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Anistiados da PETROBRÁS e Subsidiárias no Estado do Rio de Janeiro, CONVIDA os associados para participarem da Comemoração “ANIVERSÁRIO DA ASTAPE/RJ – 43 ANOS” na SEDE CAMPESTRE, no dia **25 DE JULHO DE 2026**, com início previsto às 10:00 horas e término às 17:00 horas, alugamos 01 ônibus para levar os associados, o evento será realizada na SEDE CAMPESTRE situado no endereço à Rua A, nº 290 – Mauá – Magé – RJ. O ônibus irá sair às 09:00 horas, pedimos aos associados que irão no ônibus aguardar em frente a sede da ASTAPE/RJ, para encaminharmos até o ônibus.

Portanto, o associado terá direito a levar esposo(a), **pedimos aqueles que irão no ônibus, informar até o dia 17 de Julho de 2026**, com cópia da Identidade para enviarmos a relação para a Empresa contratada.

PREÇO DO ÔNIBUS: Os associado(a) e seus convidados que forem no ônibus pagará o valor de **R\$ 35,00 (trinta cinco reais)**.

Assim sendo, ficaremos no aguardo de sua confirmação, para **PEGAR O SEU CONVITE** até o **dia 17 de Julho de 2026**, a fim de que possamos relacionar os associados e convidados que irão ao evento. O **PREÇO DO CONVITE** segue abaixo:

CONVIDADOS: 12 anos (acima) – valor do convite **R\$ 110,00 (cento dez reais)**.

CRIANÇAS: 07 A 11 anos – valor do convite **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

VAMOS COMEMORAR OS 43 ANOS DA ASTAPE/RJ.

Sem mais, agradecemos antecipadamente a presença do companheiro (a).

Duque de Caxias, 15 de Maio de 2026.

Atenciosamente
Adelino Ribeiro Chaves
Presidente

OBITUÁRIOS

É com muito pesar que noticiamos estes falecimentos.

A Diretoria da ASTAPE/RJ e seus associados
comungam com a dor de seus familiares.

Maria José Farias Rezende	☆ 18/10/1946	✠ 11/07/2026
Sebastiana Estácia de Assis	☆ 11/12/1937	✠ 13/07/2026



Associação dos Trabalhadores Aposentados,
Pensionistas e Anistiados da Petrobras
e Subsidiárias no Estado do RJ

Distribuição em todas as unidades da Petrobras e no Estado do Rio de Janeiro e Associados da ASTAPE/RJ

DIRETORIA EXECUTIVA EFETIVA

PRESIDENTE DE HONRA: JOÃO CARLOS ARAUJO SANTOS

PRESIDENTE
ADELINO RIBEIRO CHAVES

1º TESOUREIRO
GENOBE GOMES LIMA

DIRETOR PATRIMÔNIO
MOISES BENGALY

VICE-PRESIDENTE
NILTON PEIXOTO DE ANDRADE

2º TESOUREIRO
CARLOS ALBERTO MARQUES DA SILVA

CONSELHO FISCAL
DJALMA DE FREITAS
MOACIR FERREIRA DE LIMA
JOSÉ RODRIGUES DA SILVA

1º SECRETÁRIO
LUIZ CARLOS MARTINS DE SOUZA

DIRETOR / PROCURADOR
MARIA DE LOURDES INACIA S. CARDOZO

REPRESENTANTE DA FEDERAÇÃO
GUNTHER SACC

2º SECRETÁRIO
PEDRO RIBEIRO DA SILVA

DIRETOR SOCIAL
MARIA NAZARÉ COSTA FREITAS

Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, 1995 - Salas 401 ao 404/501/503 - CEP: 25010-001
Centro - Duque de Caxias - RJ

Telefones: (21) 2671-5263 / 7274 - Fax: 2672-2848

E-mail: astapecaxias@gmail.com | astape@astape.com.br | Site: www.astape.com.br
Sede Campestre: Rua A, 290 – Leque Azul - Mauá – Magé – CEP: 25900-000 Tel.: (21) 2631-0810

COMUNICADO IMPORTANTE AOS ASSOCIADOS

A Diretoria da ASTAPE/RJ procurando solucionar o problema de Assistência Funeral aos seus associados e preocupados com esta perca assistencial que nos foi imposto, por isso, fechamos novo Aditivo Contratual de Prestação de Serviço de ASSISTÊNCIA FUNERAL junto a RIO PAX para os novos associados a partir de OUTUBRO/2018. Pedimos aos associados(as) que estiverem quites com sua mensalidade junto a ASTAPE/RJ, que nos envie o **nome completo**, cópia da **carteira de Identidade e CPF** do seu **CONJUGE (esposo(a), companheiro(a))**.

De acordo com a faixa etária conforme Aditivo contratual o associado(as) poderá incluir seus dependentes, nos enviando cópia dos documentos acima. Aqueles que já fizeram a inclusão de seus dependentes, favor desconsiderar o aviso.

Informamos a todos os Associados(as), os números dos telefones da ASSISTENCIA FUNERAL RIO PAX, (Central de Atendimento) 08007261100 e (21) 2187-1100, (24 horas) 08002825672 e (21) 2252-1000.

Maiores informações procurem a ASTAPE.

Atenciosamente.

Adelino Ribeiro Chaves
Presidente

DIAGRAMAÇÃO



Admilson Trajano
99867-7755
www.admilsontrajano.com
admilsonttrajano@gmail.com